

Flávio Bolsonaro mobilizou Receita em caso da 'rachadinha'



O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participa de cerimônia no Palácio do Planalto. Exaristo Sa - 14.Jan.21/APP

Receita se mobilizou para atender Flávio Bolsonaro, mostram documentos

Órgão destacou servidores para apurar acesso a dados que deram origem ao caso das 'rachadinhas', aponta processo obtido pela Folha

Ranier Bragon

BRASÍLIA. A Receita Federal mobilizou por quatro meses uma equipe de cinco servidores para apurar uma acusação feita pelo senador Flávio Bolsonaro de que teria tido seus dados fiscais acessados e repassados de forma ilegal ao Coaf (órgão federal de inteligência financeira), o que deu origem ao caso das "rachadinhas". Documentos inéditos obtidos pela Folha mostram, pela primeira vez, a ação efetiva da máquina pública federal em decorrência da estratégia jurídica de Flávio. O filho do presidente Jair Bolsonaro e seus advogados buscaram a ajuda de órgãos do governo federal para tentar reunir provas com o intuito de anular as investigações da suspeita de que ele comandou um esquema de desvio de parte do salário de assessores quando era deputado estadual, no Rio de Janeiro.

A Receita jamais confirmou a apuração. A partir de informações internas que indicavam a existência do caso, a Folha apurou o número do processo, 14044.720344/2020-99, e, a partir daí, entrou com um pedido por meio da Lei de Acesso à Informação. As 181 páginas do processo mostram que, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, a Receita deslocou dois auditores fiscais e três analistas tributários para fazer a apuração. Essa investigação foi objeto de requerimento apresentado por Flávio, por intermédio de quatro advogados — Luciana Fries, Renata Alves de Azevedo, Juliana Bierrenbach e Rodrigo Roca —, ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

Na petição, datada de 25 de agosto de 2020, o filho do presidente requisitou apuração "com a máxima urgência" para identificação de "nome, CPF, qualificação e unidade de exercício/lotação" de auditores da Receita que, segundo ele, desde 2015 acessaram seus dados fiscais, de sua mulher, Fernanda, e de empresas a eles relacionadas.

A tese era a de que servidores da Receita no Rio haviam vasculhado de forma ilegal os dados de Flávio e de familiares e, a partir daí, repassado informações ao Coaf, órgão responsável pelo relatório de inteligência enviado ao Ministério Público do Rio e que deu origem à investigação das "rachadinhas" contra o filho do presidente e ex-assessores.

Flávio é taxativo no pedido, detalhando não querer acesso a parte dos acessos feitos, "mas a TODAS [escreve em maiúsculas] as pesquisas de seu nome, de sua esposa e de suas empresas" desde 2015.

Na petição entregue a Tostes Neto, ele afirma ainda que a suposta violação da qual teria sido vítima representa um "imenso risco à estabilidade das mais diversas instituições do país", entre elas a Presidência da República e a Assembleia Legislativa do Rio. "A crise que vem se instalando no país, como consequência dos fatos ora apresentados, tende a crescer, atingindo como alvo não apenas o autor e seus familiares, mas incontáveis cidadãos, em especial, empresários, funcionários públicos e políticos."

O senador diz também que a averiguação deveria ser realizada não necessariamente pela Receita, mas "diretamente pelo Serpro", a empresa estatal que detém os dados do Fisco. Esse pedido específico de apuração via Serpro foi formalmente negado.

Como a Folha mostrou em junho de 2021, porém, apesar da negativa oficial, a Receita solicitou uma devassa ao Serpro para tentar identificar investigações, entre outros, em dados fiscais de Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira dama, Michelle.

A pesquisa custou R\$ 490,5 mil à Receita, pagos ao Serpro. O valor foi obtido pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação. A defesa de Flávio disse não ter tido acesso ao resultado dessa apuração.

A Polícia Federal também instaurou inquérito para apurar supostos acessos irregulares por parte de auditores. A apuração foi aberta a partir de um relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou casos do tipo identificados pela própria Receita, um deles envolvendo Flávio.

Em suma, três pontos eram apresentados na petição de Flávio: a acusação de auditores suspeitos de enriquecimento ilícito de que foram vítimas de devassas ilegais por parte dos órgãos de correção do Fisco do Rio, o que indicaria um modo de operação; a existência de dados do relatório de inteligência do Coaf que só poderiam ter sido repassados pela Receita; e a existência de um "manto da invisibilidade", ou seja, senhas da Receita que não deixariam rastros e tornariam os acessos

“

A crise que vem se instalando no país, como consequência dos fatos ora apresentados, tende a crescer, atingindo como alvo não apenas o autor e seus familiares, mas incontáveis cidadãos, em especial, empresários, funcionários públicos e políticos.

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) senador, em petição entregue ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto

indetectáveis a apurações. "A Receita Federal do Brasil, por intermédio de sua corregedoria e de sua inteligência, em especial, por intermédio de seus escritórios Escor07 e Espelo7, vem, rotineiramente, alimentando informalmente os demais órgãos de controle, com dados sensíveis e sigilosos, para, no momento oportuno, investigar os alvos escolhidos e devassados previamente", diz Flávio na petição apresentada pelos advogados.

Técnicamente, o pedido do senador ficou na gaveta de Tostes Neto por dois meses, até que uma reportagem da revista Época relatou que a defesa de Flávio havia se reunido com o presidente Jair Bolsonaro, o diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, para tratar do caso.

A apuração foi instaurada pela Receita no mesmo dia, 23 de outubro de 2020, por ordem de Tostes Neto. Coube ao coordenador do Grupo Nacional de Investigação da Receita, Luciano Almeida Carinhonha, deslocar os cinco servidores para realizar análise preliminar do caso, em um prazo de 180 dias.

Ela teve como ponto de partida a reportagem. O requerimento de Flávio foi enviado por Tostes Neto aos servidores no mesmo dia 23 e, na prática, embasou toda a apuração dos meses seguintes.

A comissão de servidores foi presidida por Diogo Esteves Rezendes, que segundo documentos do processo integrava o Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal, o órgão que era acusado por Flávio de cometer ilegalidades.

A investigação concluiu pela improcedência das três teses do filho do presidente. Relembrou que a acusação de enriquecimento ilícito não tinha nenhuma prova de ato ilegal pela corregedoria, apontou que os dados do relatório do Coaf não tinham informação estranha àquele órgão e disse que "todo e qualquer acesso aos sistemas e bancos de dados fiscais possuem registros de quem efetuou e de quando foi realizado", não existindo, portanto, o alegado "manto da invisibilidade".

"A Receita não possui ou utiliza qualquer tipo de 'senha secreta' ou 'senha invisível'", afirmou a Cotec (Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação) do Fisco, durante a investigação.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

"Todo e qualquer acesso aos sistemas e bancos de dados fiscais possuem registros de quem efetuou e de quando foi realizado, independentemente de o servidor estar atuando na Corregedoria ou nos Escritórios de Pesquisa e Investigação", continua.

Por fim, o relatório afirmou que, na análise do histórico de acesso aos dados fiscais de Flávio Bolsonaro, "não foram verificados indícios mínimos de materialidade de possíveis infrações disciplinares que ensejariam a continuidade ou o aprofundamento do feito".

O documento, datado de 25 de fevereiro de 2021, conclui com a afirmação de que "foi possível verificar que nenhuma das alegações contidas (...) [no] requerimento do Senador Flávio Bolsonaro encontrou aderência à realidade dos fatos apurados, por ora, indícios de eventual autoria e materialidade de possíveis ilícitos administrativos".

Defesa diz que não sabia da apuração e defende pedido

OUTRO LADO

Embora tenha sido procurada desde a manhã de segunda-feira (21), a defesa de Flávio Bolsonaro só se manifestou nesta terça (22), após a publicação da reportagem. Em nota, as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach afirmam ter recebido com surpresa a notícia de que a Receita Federal havia realizado a apuração, já que o Fisco teria indicado que não a faria.

As advogadas dizem ainda não ver nenhuma imoralidade ou irregularidade no pedido, já que havia suspeitas de graves irregularidades internas. "A defesa do senador Flávio Bolsonaro recebeu, com surpresa, a notícia de que essa investigação foi realizada mesmo depois de a Receita Federal ter informado que não a faria. Até o momento, a instituição não apenas negou o pedido dos advogados como omitiu a realização de tal procedimento", dizem as advogadas.

Elas afirmam que o Ministério Público Federal abriu inquérito civil "para apurar o motivo da inércia da Receita Federal frente aos indícios apresentados pelos advogados".

Em agosto do ano passado, a PF também instaurou um inquérito para apurar supostos acessos irregulares a dados fiscais de autoridades.

A apuração foi aberta a partir de um relatório elaborado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou que a Receita identificou ao menos oito casos de acessos indevidos a dados fiscais de contribuintes entre 2018 e 2020, sendo seis deles pessoas politicamente expostas. O documento menciona, entre os alvos, o senador Flávio Bolsonaro.

Na nota desta terça, as advogadas dizem ainda ser importante ressaltar que "não há nada de ilegal ou imoral na solicitação da defesa" à Receita, afirmando que "estranho seria se a instituição ignorasse suspeitas de falhas e irregularidades internas e permitisse que essas irregularidades prosperassem".

"A defesa lembra ainda que o TCU identificou acesso indevido aos dados do senador Flávio Bolsonaro e de seus familiares, confirmando as suspeitas de que a máquina pública foi usada indevidamente para atacar a reputação do parlamentar".

Desde o ano passado a defesa do senador argumenta que seus dados fiscais foram acessados ilegalmente para fornecer informações ao Coaf, órgão de inteligência financeira que apontou as movimentações suspeitas de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

O documento do Coaf é o pivô da apuração do caso das "rachadinhas". A Receita Federal não se pronunciou.

Pastores ensaiam afastamento de Bolsonaro sem abraçar Lula

Igrejas que estiveram com o presidente em 2018 podem não apoiá-lo agora

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Uma a uma, grandes igrejas que estiveram com Jair Bolsonaro (PL) em 2018 vão emitindo sinais de que talvez não se repetirão neste ano. O recuo é associado ao bom desempenho de Lula (PT) nas pesquisas eleitorais, mas não só.

Quem atua nos bastidores do segmento avalia: claro que a perspectiva de uma vitória petista, talvez até mesmo no primeiro turno, assusta líderes evangélicos que têm por hábito manter boas relações com o governante da vez.

Ninguém esquece que Lula foi agraciado com aplausos de pastores que anos depois, na eleição de Bolsonaro, diriam-se alérgicos a tudo o que ele representa, usando como justificativa o avanço de pautas progressistas e esquemas de corrupção atribuídos ao PT. Mas há também um sentimento dúbio sobre Bolsonaro, um católico não praticante que melhor do que ninguém soube sintonizar com as demandas morais do grupo e cumpria a promessa de emplacar um ministro evangélico no Supremo Tribunal Federal, André Mendonça.

Já havia certa insatisfação com a conduta presidencial na mais grave crise sanitária do século, como a recusa em se vacinar contra a Covid — não se tem notícia de um pastor de alcance nacional que não tenha se imunizado.

A performance nas pesquisas de intenções de voto, que o colocam bem atrás de Lula, ajudou a criar um clima de "bote salva-vidas", nas palavras de um pastor que já integrou comitês evangélicos ao Palácio do Planalto.

Ninguém quer falar às claras sobre a possibilidade de desembarcar do bolsonarismo, até para não virar alvo de colegas hábeis em incitar turbas evangélicas contra desertores — o mais citado é Silas Malafaia, ex-apostolo de Lula que virou um dos mais vocais escudeiros do presidente. Ele gosta de "esculhá-lo", como diz um contrérraneo seu, sob reserva.

Mas os sinais estariam aí, só não os vê quem não quer.

Primeiro, veio um encontro de Manoel Ferreira, bispo-prímaz da Assembleia de Deus Madureira, com Lula, na véspera do feriado de Corpus Christi de 2021. A reunião rendeu uma foto para petistas sedentos por uma amostra de que o ex-presidente ainda tem moral com pastores.

Uma turma bem que tentou o contornar: Manoel, ex-deputado que chegou a presidir a bancada evangélica durante o segundo mandato de Lula, nos anos 2000, já é quase nonagenário. Quem manda mesmo no pedaço são seus filhos Samuel e Abner, sobretudo o primeiro. Não foi o conteúdo, a única suspeita levantada de que Madureira não estaria tão fir-

me no endosso a Bolsonaro.

O deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ), com inquestionáveis credenciais de esquerda, foi recepcionado pelos irmãos bispos num dos templos da igreja, que é uma das principais ramificações da Assembleia de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil.

Sob aval de Lula, Freixo está em pré-campanha para o governo do Rio, e a igreja da família Ferreira é uma das mais fortes no estado. Um amigo seu, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, fez o meio de campo.

Advogado de Samuel, eleito com Abner falou abertamente sobre ter um pé atrás com Freixo numa reunião que

agregou 90 bispos e 600 pastores da igreja, no fim de 2021. A má impressão teria encolhido após o pré-candidato trocar o PSOL pelo PSB, de coloração mais amena no degrau progressista.

Apompa com que Freixo foi recebido fortaleceu especulações de que a Madureira estaria estudando uma saída honrosa caso o projeto de reeleição de Bolsonaro vá a pique.

O ex-governador paulista Geraldo Alckmin, provável vice na chapa de Lula, também estaria ajudando nessa costura. O ex-tucano sempre teve boas relações com o nicho, inclusive tinha, em 2018, a simpatia de pastores que só na reta final daquele pleito aderiram a Bolsonaro.

À Folha o bispo Abner diz

que o presidente é o plano "A", mas reconhece pastores "eleitores de Bolsonaro, Lula, [Sergio] Moro, Ciro Gomes, [João] Doria e outros". "As pessoas são livres para escolher o seu candidato, isso é o pilar, o fundamento, a base da democracia."

Questionado sobre haver algum empecilho para apoiar candidatos da esquerda, ele primeiro ignorou a pergunta. Quando a Folha insistiu, devolveu: "Deus te abençoe". Segundo Kakay, não há uma indisposição, a priori, em voltar a dialogar com o PT, tanto que ele próprio procurou, em nome do cliente Samuel, a campanha do então presidencial Fernando Haddad, em 2018. "Mas

“
Por enquanto, a gente não consegue enxergar espaço para fazer relacionamento com o PT. Infelizmente, porque tem muita fumaça, está tudo muito nebuloso

Robson Rodovalho
bispo da igreja Sara Nossa Terra

[os petistas] não deram valor à possibilidade", afirma.

Outros chefes de igreja, como o apóstolo Estevam Hernandes (Renascença em Cristo) e o bispo Robson Rodovalho (Sara Nossa Terra), concordam ser natural que Lula tente reatar pontes.

"Eu sou uma pessoa sempre aberta ao diálogo, o que não representa apoio", diz Hernandes, que reage assim quando perguntado se Bolsonaro o terá como assela em 2022: "Prefiro não comentar, sorry".

Rodovalho diz não detectar "defecções significativas" no núcleo duro de pastores pró-Bolsonaro, algum "naturalmente alinhado às nossas bandeiras".

O futuro, contudo, a Deus pertence. "Por enquanto, a gente não consegue enxergar espaço para fazer qualquer tipo de relacionamento com o PT. Infelizmente, porque tem muita fumaça, está tudo muito nebuloso. Melhor coisa é deixar tudo isso assentar, deixar a sociedade enxergar cristalinamente as propostas [de cada candidato]".

Nas coxias da cúpula evangélica, usa-se uma metáfora vaticanista para se referir a líderes que não vestirão a camisa vermelha antes do tempo, mas começam a abrir canais caso o PT volte ao poder: estariam com um olho no padre e outro na missa.

No próximo dia 8, Bolsonaro deve abrir o Palácio da Alvorada para líderes evangélicos, numa tentativa de demonstrar força no bloco.

Malafaia, uma das presenças confirmadas, diz não acreditar que muitos de seus colegas vão pulir fora do bolsonarismo até outubro. "Vocês está acreditando em Papai Noel ou em duende? Quais dos dois? Minha filha, agora é o jogo da guerra de informação. Eu fico rindo, só isso."



O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), participa do culto durante encontro de líderes evangélicos. Allan Santos - 28 ago. 21/Divulgação Presidência

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 5